

CONSTRUINDO UMA REDE DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

A EXPERIÊNCIA DA REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL (REPEP)

ANA CLARA VOLPI ANTONINI, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO,
SÃO PAULO, BRASIL.

Geógrafa e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Realiza pesquisas sobre patrimônio cultural, memória, urbanização e lugares de memória relacionados à ditadura militar. É membro do conselho gestor da Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep) desde 2013.

E-mail: anaclaravolpi@gmail.com

MARIANA KIMIE DA SILVA NITO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO,
SÃO PAULO, BRASIL.

Arquiteta e urbanista, doutoranda pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. É mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Possui especialização em Gestão de Restauro e Prática de Obras de Conservação pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (Ceci) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É membro do conselho gestor da Repep desde 2014. Atua na área do patrimônio com foco em cidades, memória e educação.

E-mail: marykn@gmail.com

MARYCLEA CARMONA MAUES NEVES, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E ARTÍSTICO NACIONAL, BRASÍLIA (DF), BRASIL.

Analista na superintendência do Iphan em São Paulo, administradora pela Universidade da Amazônia (Unama), especialista em Estudos Culturais da Amazônia e mestre em Artes pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestranda pelo Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio do Centro Lúcio Costa do Iphan e membro do conselho gestor da Repep desde 2014.

E-mail: marymaues@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27esp233-254>

CONSTRUINDO UMA REDE DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: A EXPERIÊNCIA DA REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL (REPEP)

ANA CLARA VOLPI ANTONINI, MARIANA KIMIE DA SILVA NITO, MARYCLEA CARMONA MAUES NEVES

RESUMO

A Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep) é uma rede aberta de que participam pessoas interessadas em debater e atuar em questões práticas e teóricas relacionadas à educação patrimonial. A rede surge a partir de uma reflexão crítica sobre o campo da educação patrimonial, constituído por ações educativas fragmentadas produzidas em museus, centros de memória, escolas, ONGs, consultorias de arqueologia e órgãos de preservação, entre outros lugares. Ao encarar a educação como um processo de ação e transformação, a rede propõe repensar tanto a fundamentação teórica neste campo quanto as práticas educativas. O artigo apresenta a trajetória de construção da Repep, evidenciando os desafios e caminhos percorridos desde seu início até sua consolidação. A partir de entrevistas, de documentos produzidos na trajetória da rede e de nossa atuação como integrantes do coletivo, organizamos as narrativas da Repep em três momentos relacionados a transições marcantes: a ideia e a formação de uma rede virtual, quando foi construído o primeiro banco de dados; ampliação para além dos muros da universidade e de instituições, quando ocorreram os encontros entre os membros do coletivo; e consolidação e fortalecimento da rede, com a formação dos grupos de trabalho e ampliação da atuação. Ao final, apontamos alguns desafios e perspectivas que se apresentam no estágio atual da Repep. Com este trabalho, pretendemos contribuir e inspirar a formação de outras redes de patrimônio cultural e de educação patrimonial.

PALAVRAS-CHAVE

Educação patrimonial. Ação educativa-cultural. Redes sociais.

BUILDING A HERITAGE EDUCATION NETWORK: THE EXPERIENCE OF REPEP (PAULISTA NETWORK OF HERITAGE EDUCATION)

ANA CLARA VOLPI ANTONINI, MARIANA KIMIE DA SILVA NITO, MARYCLEA CARMONA MAUES NEVES

ABSTRACT

The Paulista Network of Heritage Education (REPEP) is an open network in which people interested in debating and acting in practical and theoretical matters related to heritage education can participate. The network came to be from a critical reflection about the field of heritage education formed by fragmented educational actions performed by museums, memory centers, schools, NGOs, archaeology consultancies, preservation agencies, among others. In facing education as a process of action and transformation, the network proposes to rethink the theoretical foundation of this field as well as its educational practices. The article presents the trajectory of the construction of REPEP, showing the challenges and paths taken since its inception until its consolidation. From interviews, documents and our own experience as members of the network, we organized the narratives of REPEP in three moments related to the notable transitions in way of acting: the idea and the formation of a virtual network, when the first database was assembled, widening beyond the walls of the university and institutions, when members of the collective started meeting; and consolidation and strengthening of the network, with the formation of workgroups and increased activity. We finish by pointing some challenges and future perspectives for the current stage of REPEP. With this work, we intend to contribute and inspire the formation of other networks in the fields of cultural heritage and heritage education.

KEYWORDS

Education heritage. Education-cultural action. Social network.

1 INTRODUÇÃO

A Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep) é uma rede aberta à participação de todos os interessados em questões práticas e teóricas relacionadas à educação patrimonial. Criado em 2011, o coletivo tem o objetivo de constituir uma rede de troca de conhecimento e experiências ligadas à educação patrimonial no estado de São Paulo. Desde sua criação, a Repep foi se ampliando, até se tornar um espaço efetivo de articulação entre profissionais e sujeitos de diferentes segmentos nas áreas de cultura e educação, envolvidos em projetos e temáticas de proteção e valorização da memória coletiva e do patrimônio cultural.

A Repep se consolidou como um coletivo educador, constituindo-se como um espaço de formação por meio das ações práticas desenvolvidas. Atualmente, a rede é composta por pessoas de diferentes formações e origens¹,

1. O coletivo da Repep é formado hoje por educadores, historiadores, geógrafos, arquitetos, jornalistas, agentes culturais, integrantes de movimentos sociais, pesquisadores e estudantes. Também fazem parte da rede pessoas vinculadas a diferentes instituições, porém, como explicitaremos a seguir, para garantir a autonomia de gestão em rede, as instituições não têm poder de influência e decisão nas atividades, evitando assim o conflito de interesses em função da atuação profissional e/ou institucional dos membros. Tendo a Repep caráter voluntário, as instituições atuam no sentido de auxiliar na viabilidade física e econômica das ações e/ou apoiá-las. A Repep conta com participantes das seguintes instituições ou coletivos: Universidade de São Paulo; Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Movimento Baixo Centro; Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus; Ponto de Memória da Brasilândia; Universidade de Taubaté, entre outras.

que se reúnem periodicamente para compartilhar experiências práticas, avaliar conjuntamente os significados e alcances de diferentes iniciativas, problematizar e refletir sobre os princípios e a base conceitual utilizados na educação patrimonial, facilitar a construção de ações em parceria e produzir e disponibilizar referencial teórico e acadêmico nesse campo.

Neste artigo, apresentamos a trajetória de constituição da Repep, evidenciando os desafios e caminhos percorridos desde o início até sua consolidação. Para acessar e elucidar tal trajetória, fizemos entrevistas estruturadas com membros da rede², que são parte importante dessa história e expressam essa experiência de trabalho coletivo. Organizamos as narrativas da Repep em três momentos diferentes, que se constituem em transições marcantes de sua atuação: a ideia e a formação de uma rede virtual; expansão para além dos muros da universidade e de instituições; e consolidação e fortalecimento. Ao final, apontamos alguns dos desafios e perspectivas que se apresentam no estágio atual da Repep. Com este trabalho, pretendemos contribuir e inspirar a formação de outras redes de educação patrimonial.

2 A IDEIA E A FORMAÇÃO DE UMA REDE

A educação patrimonial é um campo ainda hoje em construção no Brasil. Apesar de empenhos recentes na definição de entendimentos institucionais e do estabelecimento de marcos programáticos³, o tema ainda possui um referencial teórico escasso. Os projetos e ações desenvolvidos possuem ampla diversidade temática, com frentes múltiplas e por vezes contraditórias de atuação (SCIFONI, 2014). Trata-se de uma atuação dispersa e individualizada, ligada majoritariamente a ações educativas em museus, atividades referentes à arqueologia de contrato e/ou licenciamentos ambientais, projetos de instituições de ensino, de organizações civis e instituições de preservação da memória e produção de material pedagógico. Ademais, a própria escassez de embasamento teórico dificulta que as práticas sejam repensadas coletivamente, considerando as novas premissas que almejam

2. Agradecemos as contribuições de Cíntia Soares, Gabriel Fernandes, João Lorandi Demarchi, Regina Bortoto e Simone Scifoni pelas entrevistas cedidas para a formulação deste artigo.

3. Entre eles destacamos: o I Encontro Nacional de Educação Patrimonial, realizado em 2005, em São Cristóvão (CE); a Carta de Nova Olinda, de 2009, com diretrizes sistematizadas para o projeto Casas do Patrimônio; a publicação sobre educação patrimonial do Iphan (2014); e a Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016.

a educação patrimonial como campo dialógico e de promoção do respeito à diversidade cultural, como analisa Simone Scifoni (2015), geógrafa e ex-técnica do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Diante disso, ficou clara a necessidade de uma articulação maior entre os profissionais da área, que então desenvolviam projetos e ações de forma pulverizada no território paulista. Assim foram dados os primeiros passos para a formação de uma rede com o intuito de estimular a difusão das experiências e facilitar o diálogo. A primeira tentativa de viabilizá-la foi empreendida em 2008, por Simone Scifoni, quando ela era parte da equipe de educação patrimonial da Superintendência do Iphan de São Paulo, durante uma oficina sobre o tema. Na ocasião, foi proposto um projeto que mapearia as instituições e os profissionais atuantes no campo da educação patrimonial e organizaria um encontro entre estes para pensar coletivamente como a rede poderia funcionar e se constituir. A ideia do desenvolvimento da rede no âmbito do Iphan estava ligada ao papel dessa instituição como catalisadora, a fim de estimulá-la e geri-la por meio da articulação em rede, em uma perspectiva associada ao projeto Casas do Patrimônio⁴, até então não implementado no estado.

No entanto, apenas em 2010⁵ a ideia de constituir a rede foi retomada, na forma de um projeto de cultura e extensão. A proposta foi suspensa devido à sua dimensão demasiado ampla, mas nos anos seguintes foi elaborada uma nova estratégia, de modo que partes do projeto inicial foram divididas em etapas e adaptadas aos editais de pesquisa e extensão da universidade a fim de viabilizá-lo.

A rede teve início efetivamente em 2011, com um projeto no Programa Ensinar com Pesquisa da Universidade de São Paulo (USP)⁶, organizado pelo

4. O projeto Casas do Patrimônio foi implementado pelo Iphan com intuito de estabelecer uma relação mais próxima entre a instituição, os poderes públicos e a sociedade civil, por meio do diálogo, de experiências e de ações práticas e educativas voltadas à preservação do patrimônio cultural (BIONDO, 2016; IPHAN, 2015).

5. A lacuna de tempo corresponde à saída de Simone Scifoni do Iphan e seu ingresso como docente na Universidade de São Paulo (USP).

6. O programa tem duração de um ano e visa incentivar os alunos da graduação a investir em projetos de pesquisa de iniciação científica.

Laboratório de Geografia Urbana (Labur) do Departamento de Geografia, tendo um coordenador do projeto e dois bolsistas. Nesse primeiro momento, foi realizada uma pesquisa sobre quem estava atuando com educação patrimonial, por meio da identificação e mapeamento das instituições, profissionais envolvidos e iniciativas na área no estado de São Paulo. O recorte territorial foi uma premissa para viabilizar a pesquisa e aproveitou também a base inicial existente para contatar os profissionais e instituições a partir do banco de dados e contatos constituído pela professora durante suas atividades como técnica no Iphan de São Paulo.

As dificuldades iniciais do projeto estavam relacionadas à comunicação com as instituições e os profissionais. Em alguns casos, foi necessário fazer contato pessoal, além da via telefônica e do e-mail. Outro contratempo foi a qualidade e a especificação das informações e dos materiais das ações de educação patrimonial, o que impossibilitava a padronização das informações da pesquisa, conforme explica Cíntia Soares, uma das bolsistas naquele momento:

A dificuldade estava em marcar reuniões e conseguir a atenção das instituições. Foi necessária a elaboração de uma carta/ofício para formalização, mas, mesmo assim, muitos dados ficaram incompletos e os projetos foram inseridos no blog/site inacabados, o que prejudicou de certo modo a própria constituição do acervo (SOARES, 2015).

O cenário apresentado tem como grande problemática para o início da atuação da rede a dificuldade de compartilhamento do conhecimento. Alguns paradigmas e dilemas são enfrentados neste momento, como: “por que ajudar quem eu não conheço?”; “por que as pessoas não criam suas próprias ações?”; “por que incentivar a concorrência?”; “e se usarem minha ideia sem minha autorização ou sem me citarem?”; “e se criticarem minha ação?”; “e se encontrarem erros nela?”. Se partirmos da perspectiva de que a educação faz parte do conhecimento e da construção coletiva, podemos superar tais receios e transformá-los em boas contribuições, tais como: “a minha ação educativa vai ficar acessível para quem a promove, para aqueles que participaram e para futuros colegas ou interessados”; “a ação pode inspirar outras ações e ser usada com diferentes propósitos que não haviam sido previamente imaginados”; “críticas e sugestões podem trazer

melhorias no desenvolvimento das ações e materiais”; “a ação pode se ampliar e ter impactos muito maiores”. O compartilhamento é um desafio contemporâneo, enfrentado em diversos contextos, mas, em se tratando de educação patrimonial e do patrimônio cultural, é imprescindível o diálogo e a partilha do conhecimento.

Já em 2012, o projeto da rede de educação patrimonial passou a ser desenvolvido no âmbito do programa Aprender com Cultura e Extensão⁷ e em parceria com o Centro de Preservação Cultural (CPC) da USP, possibilitada pelo então diretor José Tavares Correia de Lira. Dessa forma, foi possível criar um *site* para disponibilizar o banco de dados que vinha sendo construído. A criação desse banco de dados, com a disponibilização das informações levantadas numa plataforma digital, teve a finalidade inicial de socializar informações sobre projetos, profissionais e atividades. Além disso, possibilitou a construção efetiva de uma rede de troca de informações e experiências, colocando os profissionais e demais interessados em contato a partir dos projetos de educação patrimonial realizados.

Para montar o *site*, foi necessário o tratamento dos dados conseguidos na pesquisa, principalmente a adaptação das informações para um formato em que fosse possível estabelecer *links* entre os projetos e os profissionais. Para esse processo, foi necessário refazer e rever todas as informações levantadas e adaptá-las ao novo formato. Esse também foi o momento em que se chegou ao nome “Rede Paulista de Educação Patrimonial”, formalizado e consolidado pelos bolsistas.

Nesse mesmo ano de 2012, a bolsista Cíntia Soares, estudante de geografia da USP, apresentou o projeto “Educação patrimonial: um possível diálogo?” no Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP (Siicusp) e um pôster sobre o projeto no II Simpósio Aprender com Cultura e Extensão da USP, pelo qual recebeu menção honrosa.

No ano de 2013, a Repep continuou seu processo de consolidação virtual por meio da renovação no programa da USP. Seguindo o mesmo formato, foi dada continuidade ao banco de dados e à construção e sistematização do *site*, além da organização de um primeiro encontro, visando

7. O programa fomenta ações de cultura e extensão por meio de projetos temáticos voltados para os desafios da realidade interna e externa à universidade, com duração de um ano.

criar um diálogo efetivo entre os profissionais contatados e discutir como a rede poderia funcionar. A prática dos encontros presenciais esteve presente nas propostas e projetos anteriores da rede, mas nunca havia tomado força. O engajamento para a realização dos encontros presenciais surgiu pelo interesse externo sobre a Repep, a partir de algumas pessoas que tomaram conhecimento do banco de dados durante o curso de extensão “Patrimônio e ação: políticas de preservação do patrimônio material na contemporaneidade”, ministrado por Simone Scifoni e Flávia Brito no CPC de março a abril de 2013. Assim, surgiu o interesse dos participantes em formar um grupo de discussão sobre educação patrimonial, inspirados na temática apresentada no curso, começando então os primeiros encontros presenciais periódicos.

3 EXPANSÃO PARA ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE E DAS INSTITUIÇÕES

Com o início dos encontros em maio de 2013, os profissionais interessados começaram a se reunir e a definir uma agenda de discussões⁸. As reuniões se iniciaram com o compartilhamento de experiências, ideias, ações, projetos, dúvidas e inquietações sobre este campo de atuação, principalmente para que os integrantes se conhecessem melhor. A cada reunião eram definidas as pautas seguintes, conforme as necessidades do grupo, que ia aprendendo a se organizar como rede e a lidar com problemáticas como a alternância entre reuniões cheias e outras quase vazias, até que um grupo de integrantes mais frequentes se consolidou, com reuniões quinzenais. Posteriormente, começaram as primeiras discussões teóricas sobre educação patrimonial no Brasil por meio da leitura de textos.

Neste cenário dos primeiros encontros, os bolsistas da USP João Demarchi e Ricardo Soares, então estudantes do curso de história, passaram a participar ativamente das reuniões e a ajudar na organização dos materiais de educação patrimonial reunidos na primeira fase da rede e de outros que foram sendo produzidos pela própria Repep. Além disso, Demarchi e Soares tiveram um papel fundamental na divulgação das reuniões e atividades, na

8. As primeiras reuniões ocorreram no *campus* da USP e, posteriormente, passaram a ocorrer no CPC-USP, que se localiza no centro da cidade de São Paulo. A mudança visava melhorar o acesso dos demais interessados e foi sugestão dos profissionais que trabalhavam no CPC-USP. Segundo Fernandes (2015), desta forma se fortaleceu a relação institucional entre o órgão e a Repep.

produção de boletins informativos e na redação das memórias das reuniões, que eram mandadas a todos os contatos coletados desde o início da rede⁹.

A partir da leitura crítica do *Guia básico de educação patrimonial* do Iphan (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999), de Paulo Freire (1979) e de outras discussões de âmbito teórico sobre educação e patrimônio cultural, a Repep decidiu elaborar um conjunto de princípios compartilhados pelos membros naquele momento. Tratava-se de aprofundar a discussão sobre os sentidos da educação patrimonial que norteavam (e continuam norteando) a atuação da Repep e de seus membros. Foram debatidos os limites de práticas patrimoniais e de educação patrimonial baseadas na transmissão de valores e em uma relação passiva tanto no processo educativo quanto na própria relação das pessoas com o patrimônio cultural institucionalizado. Como fruto deste trabalho coletivo e intenso, foram escritos os “Princípios da educação patrimonial”, que se constituíram como diretriz para as ações da rede e a implementação de sua dinâmica de trabalho. Tais princípios não buscam estabelecer uma metodologia com diretrizes fechadas para a educação patrimonial, mas sim elencar um conjunto de conceitos relacionados às práticas e objetivos dos grupos que compõem a rede, resumidos a seguir¹⁰:

(1) *Transversalidade*: a educação patrimonial deve ser componente essencial e transversal a todo processo de patrimonialização, estando presente desde o início, nos estudos e pesquisas para a identificação e preservação, até o final, nas decisões sobre restauros e intervenções. Ela não é etapa final dos estudos, como se tratasse de mera difusão cultural, divulgação ou transferência de informações sobre o patrimônio tombado. Ela deve ser compreendida como ação cultural, no sentido da sensibilização e mobilização dos grupos para a identificação e proteção compartilhada do patrimônio.

(2) *Autonomia, centralidade dos sujeitos e dialogicidade das ações*: a educação patrimonial deve ser compreendida como ação dialógica entre sujeitos, a partir da escuta e valorização do olhar do outro. Não se trata, portanto, de uma concepção educativa conteudista, que procura levar informação sobre o patrimônio. Trata-se de construir um

9. Alguns dos membros atuais da Repep tiveram o primeiro contato com a rede justamente por estes materiais, que foram progressivamente despertando interesse pelas atividades desenvolvidas.

10. Para texto completo dos princípios, cf. Repep (2014a).

processo educativo dialógico, no qual os protagonistas das ações são os sujeitos, mais do que as instituições e os objetos ou práticas patrimoniais. É a partir dos sujeitos, em diálogo horizontal com eles, que devem surgir os objetivos, princípios, procedimentos e conclusões das ações patrimoniais.

(3) *Dimensão política*: a educação é uma ação eminentemente política, assim como é o campo do patrimônio cultural. Negar à ação educativa sua condição política é tentar neutralizar qualquer efeito sobre os sujeitos que nela se inserem; e mesmo tal negação, em última instância, envolve a afirmação de uma posição política. O patrimônio cultural, por sua vez, é igualmente político em todas as suas dimensões, configurando-se como um campo tenso, marcado por disputas constantes pela construção (e institucionalização) de significados e narrativas sobre objetos e práticas sociais. As ações de educação patrimonial devem, portanto, questionar e problematizar as próprias políticas públicas de preservação do patrimônio e suas visões de mundo e valores.

(4) *Respeito à diversidade*: a educação patrimonial deve se nutrir do respeito à diversidade de narrativas, interpretações e sentidos atribuídos aos patrimônios por diferentes grupos. A narrativa técnica acadêmica, dos órgãos de preservação ou das instituições universitárias, não deve se sobrepor aos saberes empíricos locais como se fosse verdade absoluta, negando os conhecimentos populares produzidos no cotidiano e na experiência. A educação patrimonial, de caráter dialógico, parte da escuta e valorização do conhecimento do outro.

(5) *Interlocução*: memória e patrimônio cultural no Brasil passaram a ser compreendidos como direitos sociais amplos, cuja proteção e valorização devem envolver não somente o poder público, mas toda a sociedade, em uma tarefa compartilhada. O compartilhamento precisa abranger todos os momentos da prática de proteção, não estando restrito apenas à conservação física. Neste sentido, as práticas da educação patrimonial têm de ser realizadas em constante interlocução com as comunidades. Os projetos e ações não podem se impor aos lugares como estratégias concebidas de cima para baixo. Eles devem partir das condições e necessidades das localidades em que se atua, dialogando com elas.

(6) *Transformações sociais*: duas são as dimensões a considerar neste princípio. Na primeira, entende-se que o patrimônio cultural se

transforma na medida em que é vivido e praticado. Neste sentido, toda ação de educação patrimonial deve reconhecer a possibilidade da mudança e a perspectiva da transformação. Na segunda dimensão, entende-se que, se por um lado o patrimônio cultural oficial espelha as manifestações de poder das classes dominantes, suas representações e sentidos, por outro, ações educativas focadas no patrimônio podem criar momentos de reflexão sobre esta condição, visando sua superação.

Durante as reuniões ordinárias, observou-se a necessidade de ampliar as discussões, as ações e a participação na rede, o que levou ao I Encontro de Trabalho da Repep, em 24 de maio de 2014, no campus Santo Amaro do Centro Universitário Senac. Como apresentado na “Carta da Repep” (REPEP, 2014b), que condensa os debates do encontro, o objetivo do evento foi debater coletivamente os objetivos de uma rede de educação patrimonial, assim como as estratégias de atuação e o envolvimento de seus membros. Foi um momento proveitoso de debates que contou com a presença de gestores públicos na área de patrimônio, profissionais de museus, prefeituras, educadores da rede pública e privada, integrantes de movimentos sociais e pesquisadores.

A primeira parte do encontro aconteceu pela manhã, com uma mesa-redonda da qual participaram representantes do Iphan e da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira (Sônia Florêncio e Alberto Bertagna¹¹), e do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (Nadia Somekh)¹². Ao final, Gabriel Fernandes, da Repep, apresentou os princípios discutidos pela rede até então.

Na parte da tarde, os participantes se reuniram para um debate constituído de três perguntas: (1) “O que deve ser a Repep?”; (2) “Como fazer acontecer?”; e (3) “Como cada um pode contribuir para a Repep?”. As discussões foram produtivas, tiveram grande participação e identificaram uma série de demandas em relação à rede, que foram discutidas conjuntamente e sistematizadas na “Carta da Repep”. Como sintetizado nesse documento, o interesse despertado pela realização do encontro e a presença de profissionais,

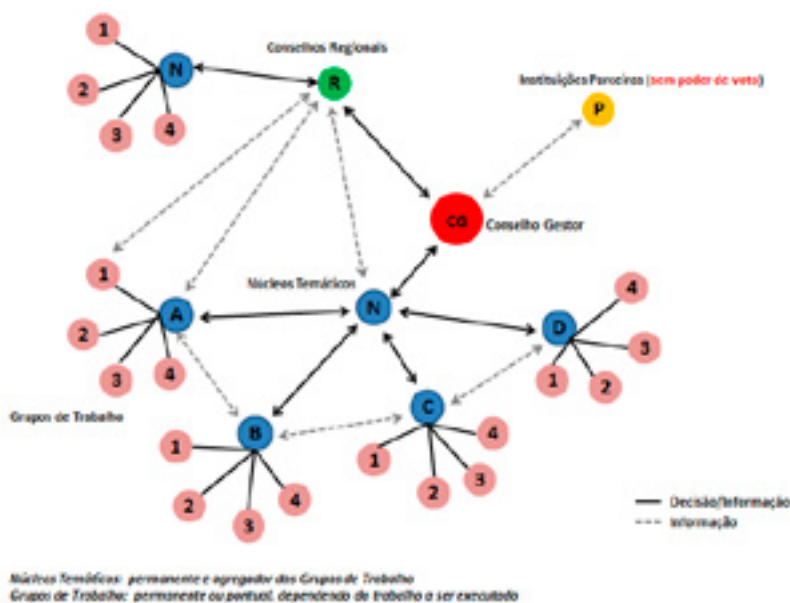
11. Respectivamente, na época, da Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc) do Iphan e da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira do Iphan em São Paulo.

12. Diretora do DPH e presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp).

inclusive de outros estados brasileiros, evidenciaram algumas questões problemáticas desta área de atuação. Entre elas, a insuficiência de espaços de debate e articulação em educação patrimonial; a grande fragmentação e pulverização das práticas, que acarreta um isolamento dos profissionais; e inquietações de ordem teórica e metodológica que ainda carecem de aprofundamento.

É possível afirmar que o I Encontro de Trabalho mudou a dinâmica da rede, agregando mais interessados e inserindo-a em um contexto maior de atuação, estabelecendo diálogos com o Iphan e com outros coletivos e movimentos sociais. Ao mesmo tempo, tornou-se necessário estabelecer de maneira clara os objetivos da rede e sua forma de atuação, o que levou à criação de um grupo de trabalho para elaborar um estatuto, discutido coletivamente nas reuniões gerais e concluído em dezembro de 2014¹³. Neste movimento, e como fruto da organização dos membros para a realização do encontro, foi decidida a configuração da Repep, composta por grupos de trabalho (GTs) e conselhos regionais autônomos (R) interligados ao conselho gestor (CG), que atua de maneira horizontal em reuniões mensais e articula as ações, debates e estudos desenvolvidos nos GTs e conselhos (Figura 1).

FIGURA 1
Organograma
da Rede Paulista
de Educação
Patrimonial.



13. Para texto completo do estatuto, cf. Repep (2015).

Cabe destacar ainda a implementação de reuniões abertas, que se dedicam especialmente à recepção de pessoas ou coletivos interessados em conhecer e participar da Repep. De frequência bimestral ou extraordinária, em função da manifestação de interesse, essas reuniões ampliaram a atuação da rede e criaram uma série de GTs de acordo com as demandas incorporadas.

4 CONSOLIDAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE

Diante da repercussão do I Encontro de Trabalho e do amadurecimento em relação ao funcionamento em rede (expresso nos documentos formalizados), a Repep potencializou e diversificou seu campo de atuação, tornando-se uma referência de como repensar coletivamente a atuação em educação patrimonial e constituindo-se como um lugar de aprendizagem e formação ao aglutinar pessoas interessadas. (Figura 2)

Segundo Regina Bortoto (2015), a atuação da rede é muito importante por contribuir com debates sobre educação, patrimônio cultural e memória, entre outros, e principalmente por ser um espaço de articulação de diálogo com órgãos de preservação, escolas e grupos organizados, numa reflexão sobre a educação patrimonial que amplia o conhecimento de todos. Para ela, “mesmo que timidamente ainda, hoje a Repep contribui muito no debate sobre qual é o papel do ‘patrimônio’ para representar quem não tem direito a voz”.

Assim, a Repep atrai cada vez mais membros, profissionais interessados e instituições que dão suporte e credibilidade para suas ações. Nessa conjuntura, Gabriel Fernandes (2015) concorda que

é justamente neste momento recente [...] que parece que os maiores méritos foram alcançados, na medida em que vêm se organizando ações colaborativas com coletivos diversos na cidade (e, em menor medida, no estado). Este fôlego novo parece ser também mérito de um grupo novo de participantes, que se articulou à rede do Encontro de Trabalho para cá, e dos mais antigos que permaneceram. Isto tudo parece ser também uma contribuição importante para o campo, na medida em que tensiona os limites tradicionais do que costumava ser chamado de “educação patrimonial” (FERNANDES, 2015).

FIGURA 2

Reunião geral da Repep no CPC-USP
Fonte: Acervo Repep, 2015.



De acordo com Gabriel, o fenômeno de crescimento se revela principalmente pela adesão de grupos diversos da sociedade civil e de coletivos culturais à Repep. Ganhou força, no final de 2014 e início de 2015, a participação destes grupos por meio das reuniões abertas, em que propõem demandas de trabalho sobre patrimônio cultural para a rede, visando à construção coletiva de ações de educação patrimonial de acordo com os princípios já estabelecidos. Assim, atinge-se uma das motivações da criação da Repep: ser um espaço que efetivamente conecta pessoas, órgãos públicos, universidades etc., propondo o diálogo e a construção coletiva.

Como assinalado, foram sendo formados vários grupos de trabalho, fortalecendo também a articulação em rede. Os GTs são interligados pelos princípios da Repep e pelas reuniões gerais mensais, quando compartilham suas atividades, mas, ao mesmo tempo, possuem autonomia de atuação e articulação. Alguns deles já concluíram suas atividades¹⁴, enquanto outros são reativados conforme a demanda. Atualmente, existem cinco grupos de trabalho em andamento na Repep:

14. A exemplo do GT Paranapiacaba, que subsidiou o desenvolvimento de ações educativas na Vila de Paranapiacaba, da Prefeitura Municipal de Santo André, com apoio do Iphan.

- (1) *GT Site/Banco de Dados*: fomento e revisão do *site* e do banco de dados de profissionais, projetos e ações de educação patrimonial;
- (2) *GT Baixo Centro*: elaboração do Inventário Participativo do Minhocão (Elevado Costa e Silva) com o objetivo de identificar os sujeitos sociais e suas referências culturais, de forma a construir argumentos contra a gentrificação da região, em parceria com o Movimento Baixo Centro;
- (3) *GT Licenciamento Ambiental*: discussão sobre educação no contexto dos licenciamentos ambientais, com base na Instrução Normativa nº 1/2015 e nos programas educativos da arqueologia de contrato, subsidiando ações de pesquisa de outros GTs;
- (4) *GT Bixiga*: ações educativas voltadas à proteção do patrimônio cultural do bairro, inicialmente em parceria com o Espaço de Cultura Bela Vista e o Centro de Memória do Bixiga, e atualmente focado na elaboração de um inventário participativo;
- (5) *GT Brasilândia Ó*: desenvolve ações educativas visando articular os moradores e frequentadores no pedido de revisão da Resolução de Tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó em nível municipal. Parceria com o Ponto de Memória da Brasilândia. (Figura 3)

Para além das ações dos grupos de trabalho, a Repep também se articula por meio de outras atividades: reuniões itinerantes, oficinas e o Repep Conversa. As reuniões itinerantes são encontros abertos que ocorrem fora da cidade de São Paulo para atender a demanda de públicos diversos que querem conhecer e participar da rede¹⁵. Já o Repep Conversa é uma iniciativa surgida a partir de problemáticas comuns a alguns GTs e que ocorreu pela primeira vez durante uma reunião geral da Repep em que o professor Euler Sandeville, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, foi convidado a falar sobre o Plano Diretor da cidade de São Paulo. Também são desenvolvidas oficinas sobre material didático em educação patrimonial com o intuito de refletir sobre diferentes experiências na produção desses materiais a partir da problematização de seus objetivos e estratégias pedagógicas¹⁶.

15. A primeira reunião itinerante ocorreu em 2013 no Engenho dos Erasmos, em Santos (REPEP, 2013). Em julho de 2015, foi feita uma reunião itinerante na Vila de Paranapiacaba, em Santo André.
16. Tal iniciativa foi aplicada pela primeira vez pelo GT São Luiz do Paraitinga, já concluído. Na ocasião, a oficina foi feita para subsidiar a elaboração de material próprio para o município, produzido pelos professores do Ensino Fundamental II da rede municipal.

FIGURA 3

Ação educativa do
GT Brasilândia Ó
na EMEI Manoel
Preto Fonte: Acervo
Repep, 2015.



O vínculo com a USP permanece pelo Programa Aprender com Cultura e Extensão, com a permanência de um bolsista e a hospedagem do site e do banco de dados. Em 2015 foi feita a reformulação da linguagem gráfica do site para melhorar o acesso, disponibilizar um calendário das ações da Repep e informações sobre os GTs, e agora está em construção uma nova formatação de acesso ao conteúdo disponível do banco de dados para deixá-lo mais interativo e com um campo para que profissionais e instituições adicionem seus contatos e novos projetos e ações em educação patrimonial.

É possível observar ainda que o crescimento da Repep acarretou mudanças em suas discussões e gestão. Neste sentido, Gabriel Fernandes (2015) afirma que a rede passou de “discussões de ordem mais conceitual, a partir dos problemas identificados em certas práticas, para ações mais diretas em espaços variados”. Cíntia Soares (2015) também ressalta o crescimento da atuação prática como principal mudança da Repep:

a rede presencial se constituiu independentemente da rede virtual, com a efetivação do espaço de articulação, onde ocorrem reflexões sobre as ações, troca de experiência, construções de parcerias e a ampliação do alcance das atividades, extrapolando as reuniões teóricas para o contato direto com as comunidades (SOARES, 2015).

Percebe-se que ao longo dos anos a Repep ganhou maior autonomia tanto por sua articulação em rede a partir da formação dos GTs quanto

pela representação por meio de seus integrantes. A figura da Repep se descentralizou na medida em que ocorreu um processo de compartilhamento de responsabilidades segundo o tempo, habilidades e interesses de cada membro, para representar externamente a rede e para realizar as diferentes tarefas de forma coletiva.

Como forma de reflexão sobre este momento de crescimento e fortalecimento da rede, decidimos realizar um II Encontro de Trabalho em maio de 2016¹⁷, inspirado no I Encontro. Considerando os novos desafios que a Repep enfrenta, o encontro teve o objetivo de compartilhar os primeiros resultados de trabalhos e as diferentes trajetórias que a rede vem desenvolvendo por meio de seus GTs para possibilitar um debate entre os membros do coletivo e o público externo. O momento serviu para repensar estratégias e consolidar cada vez mais nosso papel como um coletivo educador na área de patrimônio, a partir dos debates e questionamentos sobre nossa própria atuação (Figura 4).

Para estimular e contribuir com este debate, convidamos Ingrid Hötte Ambrogi, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura e do curso de Pedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, e, assim como no I Encontro, Sônia Regina Rampim Florêncio (Ceduc/Iphan). As contribuições de Sônia Florêncio e Ingrid Ambrogi foram um balanço das transformações da Repep de 2014 a 2016, caracterizadas pelo fortalecimento do diálogo local e a proximidade das ações com as diretrizes de educação do Iphan.

A partir da experiência recente do “Repep Conversa”, em que um profissional é convidado a participar de uma reunião geral para discutir um assunto que os grupos vêm debatendo, despertou-se o interesse de resgatar as discussões teóricas sobre educação patrimonial feitas nos primeiros encontros da rede. A retomada da leitura e discussão de textos contribui a atender uma demanda de pessoas que procuram a Repep a fim de aprender mais sobre educação patrimonial, assim como promove um tipo de articulação distinta dos GTs. Estes outros momentos poderão criar um intenso intercâmbio entre os membros que já participam dos diferentes grupos de trabalho, estimulando a discussão sobre os princípios da educação patrimonial somada à sua apropriação prática, além de ampliarem e agregarem outros interessados na rede.

17. Um relato do II Encontro pode ser encontrado em Demarchi e Scifoni (2016).

FIGURA 4

Fotomontagem do encerramento do II Encontro de Trabalho da Repep, em 2016. Os participantes seguram cartazes de ordem ainda atuais: "Cultura na luta", "Vai ter luta" e "Somos todos MinC". Fonte: Acervo pessoal Kleber Silva Jr. e Mariana Kimie Nito, 2016.



Ressaltamos também que a expansão da Repep não é isenta de problemáticas e desafios. À medida que mais grupos e profissionais a procuram, há uma preocupação em atender a demanda destes, mesmo que nem sempre seja possível formar novos GTs. Na dinâmica interna da rede e dos GTs, também é necessário um esforço constante no sentido de lidar com conflitos e divergências que podem acarretar o afastamento de alguns membros.

O grupo atual da Repep vem trabalhando para enfrentar outros desafios, tais como a viabilização de um espaço físico para organizar e catalogar o acervo físico de educação patrimonial e disponibilizá-lo para consulta pública. O acervo da Repep é formado por diversos materiais que constituem seu banco de dados e por outros que são doados por profissionais em diferentes circunstâncias.

Um dos fatores que de certa forma perpassa a fala dos entrevistados e de outros membros da rede é a ampliação de sua representatividade no estado de São Paulo, que promoveria outras bases de representatividade e capilaridade no estado a partir da criação de outros núcleos regionais e possibilitaria pontos de articulação para além da cidade de São Paulo (onde tem se concentrado a maioria das reuniões e ações). Já ocorreram algumas iniciativas de formação de núcleos em algumas regiões, entretanto, nenhuma delas evoluiu a ponto de se consolidar¹⁸. É o que nos leva a pensar na necessidade de discutir e elaborar estratégias de fomento e apoio para a criação destes outros núcleos.

No mesmo sentido, outro desafio é o apoio à criação de redes em outros estados do país, para, quem sabe, juntos construirmos uma rede nacional em educação patrimonial. Cabe ressaltar que não existem segredos para se construir uma rede de educação patrimonial. O mais importante é entender que, nesse tipo de articulação, todos estão se formando e aprendendo juntos, principalmente se se considera que o próprio campo da educação patrimonial está em processo permanente de construção. Assim, independentemente de ser ou não um especialista em patrimônio cultural e educação patrimonial, é possível ensinar, aprender e construir este campo coletivamente.

A nosso entender, a publicação da Portaria nº 137, do Iphan (2016), ressalta e confirma os princípios da Repep:

Art. 2º [...] entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. Parágrafo único. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades.

18. Neste sentido, há uma ação recente e de muito potencial, fruto das discussões de constituição do GT Paranapiacaba, que vem se articulando para formar um núcleo na região do ABC (que inclui sete municípios: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul). Em março de 2016 ocorreu uma reunião itinerante da Repep em Santo André e está sendo organizada uma oficina problematizadora de ações em educação patrimonial.

Em 2017 e 2018, as ações da Repep se desenvolveram com mais força no âmbito dos GTs, que, de forma independente, promoveram encontros e ações educativas. Nesse período, o contexto político brasileiro demandou que a Repep se posicionasse publicamente como grupo em defesa dos direitos culturais, da educação e dos movimentos sociais, de maneira geral. Somos um coletivo educador, um movimento cultural, uma luta pelo reconhecimento de um patrimônio vivo! Seguimos os nossos trabalhos, não só como coletivo, mas também por acreditar na potência do campo da educação patrimonial dentro e fora da área cultural.

REFERÊNCIAS

BIONDO, Fernanda Gabriela. *Desafios da educação no campo do patrimônio cultural: Casas do Patrimônio e redes de ações educativas*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

BORTOTO, Regina. [Entrevista para publicação Repep]. Destinatários: anaclaravolpi@gmail.com, marykn@gmail.com, maryclea.neves@iphan.gov.br . São Paulo, 24 jun. 2015. 2 e-mails.

DEMARCHI, João Lorandi. [Entrevista para publicação Repep]. Destinatários: anaclaravolpi@gmail.com, marykn@gmail.com, maryclea.neves@iphan.gov.br . São Paulo, 23 jun. 2015. 2 e-mails.

DEMARCHI, João Lorandi; SCIFONI, Simone. 2º Encontro de Trabalho da Repep (Rede Paulista de Educação Patrimonial). *Revista CPC*, São Paulo, n. 21, p. 167-172, jan./jul. 2016.

FERNANDES, Gabriel. [Entrevista para publicação Repep]. Destinatários: anaclaravolpi@gmail.com, marykn@gmail.com, maryclea.neves@iphan.gov.br . São Paulo, 14 jul. 2015. 2 e-mails.

FREIRE, Paulo. Alfabetização e conscientização. In: *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. p. 15-30.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília, DF: Iphan; Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Casas do Patrimônio*. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/502>. Acesso em: 21 ago. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria nº 137, de 27 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 81, p. 6, 29 abr. 2016. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=6&data=29/04/2016>. Acesso em: 10 abr. 2019.

REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. *Boletim nº 1: jul. 2013*. São Paulo: Repep, 2013. Disponível em: <http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Julho%201.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. *Princípios da educação patrimonial*. São Paulo: Repep, 2014a. Disponível em: <http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u63/Principios%20da%20Repep.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. *Carta da Repep*: documento final do 1º Encontro de Trabalho da Rede Paulista de Educação Patrimonial. São Paulo: Repep, 2014b. Disponível em: <http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/CARTA%20REPEP.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. *Estatuto*: proposta para o período de dez. 2014 a dez. São Paulo: Repep, 2015. Disponível em: <http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u63/Estatuto%20Repep.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

SCIFONI, Simone. Para repensar a educação patrimonial. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). *Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2014. p. 187-198. (Série Cadernos do Patrimônio Cultural; v. 1).

SCIFONI, Simone. [Entrevista para publicação Repep]. Entrevista cedida a Anaclara Volpi Antonini, Mariana Kimie da Silva Nito e Maryclea Carmona Maués Neves. São Paulo, 6 jul. 2015. 1 arquivo de áudio, extensão MP3 (45 KB).

SOARES, Cíntia. [Entrevista para publicação Repep]. Destinatário: anaclaravolpi@gmail.com, marykn@gmail.com, maryclea.neves@iphan.gov.br. São Paulo, 29 jun. 2015. 2 e-mails.